

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

MENSAGEM Nº 046, DE 06 DE MAIO DE 2022

**Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ubá,
Senhoras e Senhores Vereadores:**

Consignando a V.Exas. a expressão de meus cordiais cumprimentos, encaminho a Exas., para tramitação e votação da Câmara Municipal de Ubá, o Projeto de Lei anexo, que *“altera a redação de dispositivos da Lei nº 4.545, de 24 de abril de 2018, da Lei nº 4.673, de 16 de maio de 2019 e da Lei 4.778, de 25 de junho de 2020, concede remissão, nas condições que especifica, e dá outras providências”*.

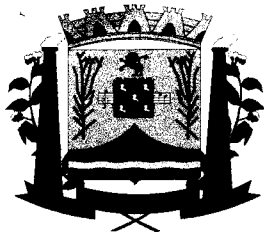
Trata-se, em síntese, da legislação que regulamenta o parcelamento ordinário dos débitos tributários (REFIS) de que tratam os art. 21, §1º e 27, da Lei Complementar nº 62, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre as receitas do Município, tributárias e outras, .

O país, e conseqüentemente o Município, ainda experimenta tempos difíceis com reflexos negativos da retração econômica causada pela pandemia da Covid-19 e também por reflexos indiretos de conflito externo, que ainda exige muitos sacrifícios das pessoas naturais, das pessoas jurídicas e também da administração pública.

Como forma de mitigar prazos e melhorar as condições para quitação de tributos municipais lançados em dívida ativa, estamos solicitando autorização legislativa para atualizar alguns dispositivos do REFIS MUNICIPAL, normatizado pela Lei 4.45/18 e outras leis sucessórias, medidas estas que possam trazer algum alívio tributário aos nossos contribuintes.

Em suma, a proposta é permitir o parcelamento dos débitos, que forem lançados em dívida ativa até dezembro/22, da seguinte forma:

- ✓ Até 6 (seis) prestações mensais, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício e de 70% (setenta por cento) dos juros de mora;
- ✓ Até 12 (doze) prestações mensais, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício e de 60% (sessenta por cento) dos juros de mora;
- ✓ Até 24 (vinte e quatro) prestações mensais, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício e de 50% (sessenta por cento) dos juros de mora;
- ✓ Até 36 (trinta e seis) prestações mensais, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício e de 40% (sessenta por cento) dos juros de mora;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

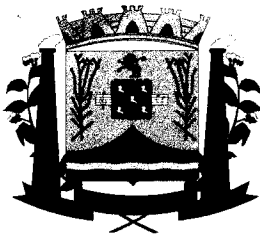
- ✓ *Até 48 (quarente e oito) prestações mensais, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício e de 30% (sessenta por cento) dos juros de mora."*

Como se trata medida que estabelece prazo para adesão por parte dos contribuintes e algumas empresas necessitam regularizar seu débito para obter CND e ter acesso a créditos financeiros, solicito que a proposta tenha tramitação em regime de urgência, nos termos do art. 83 da Lei Orgânica Ubaense.

Contando mais uma vez com a atenção e o apoio por parte de V.Exas., antecipo os meus agradecimentos.

Atenciosamente,


Edson Teixeira Filho
Prefeito de Ubá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº

68/2022

Altera a redação de dispositivos da Lei nº 4.545, de 24 de abril de 2018, da Lei nº 4.673, de 16 de maio de 2019 e da Lei 4.778, de 25 de junho de 2020, concede remissão, nas condições que especifica, e dá outras providências.

Art. 1º O art. 1º, caput, da Lei Municipal nº 4.545, de 24 de abril de 2018, passa a vigorar com a redação que segue:

“Art. 1º. Poderão ser pagos à vista ou parcelados em até 48 (quarente e oito) meses, nas condições desta Lei, os débitos tributários e não tributários de competência do município, inclusive o saldo remanescente dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei Complementar 192/2017, mesmo que tenham sido excluídos do programa.”

Art. 2º Os §§ 3º e 8º do art. 1º da Lei Municipal nº 4.545, de 24 de abril de 2018, passam a vigorar com as redações que seguem:

§ 3º (...)

“II – parcelados em até 6 (seis) prestações mensais, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício e de 70% (setenta por cento) dos juros de mora;

III – parcelados em até 12 (doze) prestações mensais, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício e de 60% (sessenta por cento) dos juros de mora;

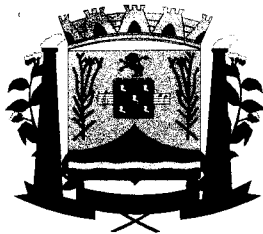
IV – parcelados em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício e de 50% (sessenta por cento) dos juros de mora;

V – parcelados em até 36 (trinta e seis) prestações mensais, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício e de 40% (sessenta por cento) dos juros de mora;

VI – parcelados em até 48 (quarente e oito) prestações mensais, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício e de 30% (sessenta por cento) dos juros de mora.”

“§ 8º Os descontos previstos no § 3º do art. 1º da Lei 4.545/18 poderão ser aplicados aos débitos inscritos em Dívida Ativa até a data de 09 de dezembro de 2022.”

Art. 3º O art. 2º da Lei Municipal 4.673, de 16 de maio de 2019, passa a vigorar com a redação que segue:



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

“Art. 2º O prazo para adesão aos benefícios de que trata o § 3º do art. 1º da Lei Municipal 4.545, de 24 de abril de 2018, será até o dia 16 de dezembro de 2022.”

Art. 4º No caso da realização de parcelamento de débitos, o contribuinte deve quitar a primeira parcela, na data estipulada, para que o acordo seja efetivado, caso contrário, o acordo será automaticamente rescindido.

Art. 5º O art. 5º da Lei Municipal nº 4.673, de 16 de maio de 2019, passa a vigorar com a redação que segue:

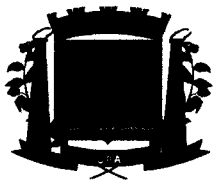
“Art. 5º Durante a validade dos benefícios descritos nesta Lei, não serão aplicadas as restrições constantes nos §§2º e 4º do art. 15 Lei Municipal nº 4.545/2018.”

Art. 6º Ficam revogados o art. 12 da Lei Municipal nº 4.545/2018 e art. 3º da Lei Municipal 4.673/2019.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ubá/MG, 06 de junho de 2022.

EDSON TEIXEIRA FILHO
Prefeito de Ubá



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
MINAS GERAIS**

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	VALORES ESTIMADOS PREVISTOS DE QUEDA ARRECADAÇÃO ÚLTIMOS 3 ANOS		
	2022	2023	2024
Projeto de Lei de Parcelamento Ordinário de débitos tributários e não tributários	45.000,00	80.000,00	90.000,00

PREMISSAS:

Considerando a situação difícil que encontra nosso País devido a pandemia e a inflação alta, considerando também que nos últimos parcelamentos feitos o Município obteve êxito em sua arrecadação superando a expectativa.

Considerando o levantamento das receitas arrecadadas no ano anterior no mesmo período e que levou em consideração para a memória do cálculo para os valores previstos estimados nos últimos 3 exercícios financeiros.

-

ANÁLISE DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO:

Como forma de mitigar prazos e melhorar condições para quitação de tributos municipais lançados em dívida ativa, o Município, como também adotar algumas medidas que tragam alívio aos contribuintes.

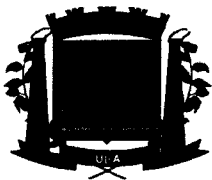
O Município vêm apresentar o projeto de lei ao Legislativo, prevendo um aumento na arrecadação estimado de 50% a mais em 2022 e consequentemente nos anos posteriores.

ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO

Ubá-MG, 06 de Junho de 2022.


CÍCERO MÁTEUS DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS


MARCELO CORREA PAIVA
CONTROLADOR DO MUNICÍPIO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

Nos termos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a compatibilidade da nova despesa com os instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA.

1 – Objeto do reajuste e valores previstos

O PARCELAMENTO ORDINÁRIOS DE DÉBITOS , terá os seguintes valores previstos :**R\$ 45.000,00 para 2022 – R\$ 80.000,00 para 2023- R\$ 90.000,00 para 2024**

2 – Adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual

, O PARCELAMENTO ORDINÁRIOS DE DÉBITOS , por meio de créditos orçamentários específicos e suficientes, os quais se encontram em diversos programas de trabalho que absorverão todas as despesas decorrentes do orçamento vigente

3 – Compatibilidade com o plano plurianual

O PARCELAMENTO ORDINÁRIOS DE DÉBITOS , tem compatibilidade com as diretrizes, objetivos, programas e ações previstos no plano plurianual.

4 – Compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias

Limite de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado:

O PARCELAMENTO ORDINÁRIOS DE DÉBITOS , está dentro da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado que foi estabelecida no Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado que é parte integrante do Anexo de Metas Fiscais.

Metas de Resultado Primário e Nominal da LDO:

O PARCELAMENTO ORDINÁRIOS DE DÉBITOS , não comprometerá o resultado previsto para as metas de resultado primário e nominal, haja visto que tais receitas sofreram queda na arrecadação devido ao situação atual do País da crise sofrida pela pandemia do coronavírus- covid-19, mas o Município tentará fazer as medidas necessárias para adequação orçamentária e financeira para o equilíbrio das contas públicas, através do recadastramento e cobranças efetivas.

5 – Declaração do Ordenador da Despesa

Faca as regularidades acima demonstradas, autorizo a contratação da referida despesa:

Ubá (MG), 06 de Junho de 2022


Edson Teixeira Filho
Prefeito Municipal